



A LGBT+FOBIA NAS ESCOLAS ESTADUAIS LOCALIZADAS EM FORTALEZA E AS ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A DIVERSIDADE

LA LGBT+FOBIA EN LAS ESCUELAS PÚBLICAS DE FORTALEZA Y LAS POLÍTICAS PÚBLICAS ACTUALES EN MATERIA DE DIVERSIDAD

Sívio Roberto Araújo Giffoni

Mestrando pelo Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social – MASS da UECE
silviogiffoni@gmail.com

Cristiane Maria Marinho

Doutora em Filosofia pela UFG

Professora Emérita da UECE e Professora Mestrado Acadêmico em Serviço Social – MASS/UECE
cmarinho2004@gmail.com

Tibério Lima Oliveira

Doutorado em Política Social pelo Programa de Pós-graduação em Política Social pela UnB e Professor Substituto UnB
tiberioufrn2016@gmail.com

Sívio Gentil Jacinto Júnior

Doutor em Ciências Naturais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Naturais – PPGCN/UECE
silviogentil@hotmail.com

Resumo

Nesse estudo, investigamos a reprodução da LGBT+fobia nas Escolas Estaduais da cidade de Fortaleza/CE e as políticas públicas para a diversidade na educação, com o objetivo de entender o porquê de ainda existir LGBT+fobia hoje em nossa sociedade neoliberal e na escola. Para tanto, procuramos entender: se existe a “ideologia de gênero” e se, em nome de combatê-la, avança a LGBT+fobia nas escolas; as políticas públicas no Ceará de combate à LGBT+fobia na escola; se existe política de formação de professores(as), voltada para combater a LGBT+fobia. A pesquisa foi realizada mediante a aplicação de um questionário pelo Formulário Google, sendo seus dados interpretados do ponto de vista marxista. Seus resultados alertam para a necessidade de políticas públicas mais eficazes, de uma organização maior de LGBT+ nas escolas, sendo preciso uma formação permanente de professores(as) e da comunidade escolar.

Palavras-chave: LGBT+fobia; Políticas públicas; Diversidade.

Resumen

En este estudio, investigamos la reproducción de la LGBT+fobia en las escuelas públicas de la ciudad de Fortaleza/CE y las políticas públicas para la diversidad en la educación, con el objetivo de comprender por qué la LGBT+fobia todavía existe hoy en nuestra sociedad neoliberal y en la escuela. Para ello buscamos comprender: si existe la “ideología de género” y si, en nombre de combatirla, la LGBT+fobia avanza en las escuelas; políticas públicas en Ceará para combatirla LGBT+fobia en la escuela; si existe una política de formación docente dirigida a combatirla LGBT+fobia. La investigación se realizó mediante la aplicación de un cuestionario vía Google Form, con datos interpretados desde un punto de vista marxista. Sus resultados resaltan la necesidad de políticas públicas más efectivas, una mayor organización de las personas LGBT+ en las escuelas y capacitación continua para los docentes y la comunidad escolar.

Palabras clave: LGBT+fobia; Políticas públicas; Diversidad.

1. Introdução

No sentido de desvelar atitudes discriminatórias e preconceituosas que se apresentam no âmbito escolar, faz-se necessário um olhar mais atento a fim de desnaturalizar as violências perpetradas ao grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros +(LGBT+¹). Nessa direção, um passo importante a ser dado é a escola começar a nomear as expressões de violência tal qual elas se manifestam: machistas, sexistas, misóginas, LGBT+fóbicas etc., desta maneira, ela consegue impedir que as discriminações que acontecem no âmbito escolar sejam chamadas falsamente de bullying². Entendendo que estas atitudes estão presentes nas diversas áreas da sociedade, é importante combatê-las e criar espaços de possibilidades para a superação dessa realidade.

O estado do Ceará se destaca em nível nacional, por ter, na atual gestão do governador Elmano de Freitas (PT), que assumiu em 2023, em seu organograma, uma “Secretaria da Diversidade”, voltada para a promoção de políticas a favor de LGBT+. Porém, em relação à “Educação”, “políticas para a diversidade nas escolas” não é esta a secretaria responsável, mas a Secretaria da Educação, Seduc-CE. Por isso reforçamos a importância de debater acerca do tema nas escolas destacando os desafios e potencialidades para a consolidação do mesmo.

A delimitação da pesquisa à cidade de Fortaleza ocorreu por ser uma cidade que vem se destacando em nível nacional pelo alto índice de violência e de assassinatos de LGBT+, além de ter sido uma das capitais a apresentar maiores índices de rejeição a homossexuais nas escolas em uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 2001 (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004). Embora estes dados sejam de mais de 20 anos atrás, é importante destacar que, a dificuldade de atualização desses dados aponta para necessidade de mais pesquisas serem desenvolvidas propiciando que o debate alcance maior visibilidade através de novos dados para avaliar a situação atual e exigir novas políticas públicas para a diversidade nas escolas, nesses contextos de violações de direitos.

¹**LGBT+:** neste artigo, usarei a sigla LGBT+ para contemplar parte da diversidade sexual e de gênero, por ser a sigla usada no relatório do GGB (Grupo Gay da Bahia), e pela maioria dos autores, mesmo sabendo que a sigla completa, hoje, é bem mais extensa: LGBTTTQQIAACPPF2K+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Travestis, Queer, Questionando-se, Intersexo, Assexuados/as, Agênero, Aliades (de acordo com a linguagem neutra, ainda em debate na academia), Curiosos(as), Pansexuais, Polissexuais, Familiares, 2 Espíritos (para lembrar de outros sistemas não binários que existiam nas Américas antes da colonização europeia e ainda resistem em algumas tribos), KinK e outros mais. Deixando claro que temos a convicção da importância de “tod@s” que estão na sigla. Quem tiver o interesse de entender melhor os detalhes da sigla, vale a pena assistir ao vídeo “**LGBTQIA+: PARTE II**”, do canal Tempero Drag no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=jl3BQD1KmlU> . Atualmente, o N, de não binário, está sendo mais utilizado que o 2, de 2 Espíritos.

² “**Bullying** é a prática de atos violentos, intencionais e repetidos contra uma pessoa indefesa, que podem causar danos físicos e psicológicos às vítimas. O termo surgiu a partir do inglês *bully*, palavra que significa tirano, brigão ou valentão, na tradução para o português”. <https://www.significados.com.br/bullying/>. Visualizado em 14/06/2023.

Por outro lado, é uma cidade que se destaca nacionalmente pelo movimento organizado LGBT+, com figuras icônicas como Janaína Dutra, a primeira advogada trans a receber a carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além de ter sido co-fundadora do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), ter presidido a Associação de Travestis do Ceará (ATRAC) e ter liderado a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

Com relação à escola, esta é um espaço de aprendizados e vivências que participa da formação humana dos(as) estudantes, professores(as), funcionários(as), pais e mães de alunos(as) e comunidade em sua volta. Mas também pode ser o “inferno na Terra” para muitos(as) estudantes LGBT+, negros, dentre outros que sofrem com o preconceito.

No cotidiano das(os) professoras(es), todos os anos, encontramos alunos(as) LGBT+ traumatizados(as) por problemas gerados pela LGBT+fobia: estudantes trans que têm seu nome atribuído ao nascimento na chamada e vão à escola vestidos(as) e/ou maquiados(as) de acordo com a sua identidade de gênero, por exemplo. O direito a serem chamados(as) por seu nome social já é assegurado a eles(as) desde 30 de julho de 2019 (Lei estadual 16.946), mas falta esclarecimentos por parte da escola e por parte dos professores em geral, raro algumas exceções. Muitos sequer conhecem a lei. Aliás, há uma exigência na lei de uma autorização dos pais, no caso de alunos menores de idade, para a mudança do nome na chamada, o que dificulta o acesso a esse direito. Alguns alunos trans têm a sua escola como seu porto seguro e temem revelar para os pais sua verdadeira identidade de gênero, o que gera muito desconforto.

Seja no cotidiano escolar ou na sociedade em geral, a violência contra mulheres, negros, LGBT+, trabalhadores possui uma raiz na história, mas que não foi arrancada até os dias atuais: vivemos em uma sociedade patriarcal, capitalista e neoliberal, que oprime ao máximo todos aqueles explorados e subordinados, para que se submetam ao medo e se afastem da política. E que tenta se utilizar das mais diversas instituições de convencimento, como a Igreja, a escola e a mídia, bem como as redes sociais, para manter a subalternidade. Por isso, as lutas e resistências não devem ser somente identitárias, ou ficarão restritas a grupos ou indivíduos, facilitando o poder neoliberal porque conseguiria dispersá-las mais facilmente. Se todos os oprimidos estão lutando juntos, a força se multiplica e seremos maioria. Tais lutas não podem se manter apenas nas esferas política e econômica, ou mudanças sociais não serão acompanhadas de mudanças culturais necessárias, como o fim de todos os tipos de preconceitos.

2. Metodologia

Esta pesquisa é fruto do projeto de dissertação de mestrado e tem como *objetivo geral*: Analisar a visão de Diretores(as) e Coordenadores(as) sobre a reprodução da LGBT+fobia nas Escolas Estaduais de Fortaleza/CE no contexto contemporâneo. A partir dele, depreenderam-se outros objetivos: Contextualizar a LGBT+fobia no cenário sócio-histórico-religioso brasileiro; Entender o porquê da “luta contra a ideologia de gênero” nas escolas por parte de muitos políticos e religiosos; Apontar as respostas do Estado (políticas públicas) e das próprias escolas em relação à violência homofóbica (física ou psicológica) nas escolas estaduais de Fortaleza/CE; Identificar algumas expressões de violência homofóbica em escolas estaduais da capital que foram visitadas.

A pesquisa realizada foi quantitativa e qualitativa, com intervenção empírica, bibliográfica (livros, monografias, dissertações, teses), documental (jornal, leis, jurisprudência) e de campo. A coleta de dados da Pesquisa foi feita através da aplicação de um questionário com perguntas objetivas e subjetivas, através do “*Google Forms*” (*Formulário Google*) para todas(os) as(os) diretoras(es) e coordenadoras(es) estaduais da cidade de Fortaleza. Foram visitadas 18 (dezoito) escolas, onde fiz uma observação empírica, cheguei a conversar com estudantes de 5 (cinco) dessas escolas, além de incentivar Coordenadores(as) e Diretores(as) a responderem as perguntas da Pesquisa, formuladas no Formulário Google. Importante ressaltar que, foi devidamente preservada a identidade dos participantes das entrevistas. Posteriormente, os dados da pesquisa quantitativa foram todos alinhados, ordenados, codificados e tabulados para ser de fácil compreensão e sintetizar o processo de respostas da pesquisa.

3. Discussões e resultados

Em nome da chamada “ideologia de gênero” detectamos grandes ataques contra o Plano Nacional da Educação (2014-2024), assim como o Plano Estadual da Educação (2016-2026).

Uma de nossas perguntas foi; “O que o(a) senhor(a) entende por “Ideologia de Gênero”? ”.

A confusão entre “*Ideologia de Gênero*” com identidade de gênero realizada em algumas respostas dos(as) Coordenadores(as) e Diretores(as) demonstram total falta de conhecimento do assunto. Principalmente um(a) coordenador(a) que disse: “Significa identidade de gênero, como a pessoa se identifica e se sente atraída sexualmente”, que além de confundir “*Ideologia de Gênero*” com *identidade de gênero*, ainda disse que era a mesma coisa que *orientação afetivo-sexual*.

“Ideologia de Gênero” é uma propaganda criada para gerar o medo, geralmente se refere a crenças e teorias sobre como as diferenças de gênero são construídas socialmente, muitas vezes destacando a influência da cultura e da educação. Os documentos lançados pela Igreja Católica sobre o assunto chamam “ideologia de gênero” ou “teoria de gênero”, sempre no singular, no mesmo sentido, como sinônimos. Mas não correspondem a “Estudos de Gênero”. Na verdade, são sintagmas fabricados como rótulos políticos (JUNQUEIRA, 2018), para servirem de marketing de grupos neoconservadores, supostamente em defesa da “família e dos bons costumes”.

Aqueles contrários à chamada “ideologia de gênero”, tentando simplificar, costumam dizer que as(os) professoras(es) querem igualar meninos e meninas desde o ensino infantil, simplesmente dizendo que não há diferenças entre eles, ou seja, você não é menino(a) só porque nasceu assim, o que vai confundir ainda mais as suas cabeças, prejudicar a família e estimular o aumento de LGBT+ na sociedade. Tais argumentos são repetidos o tempo todo como verdades absolutas, mas, na verdade, o que LGBT+ querem é ter um apoio na escola para acolher o diferente, mostrar que são normais, defender a boa convivência entre todos os diferentes, combatendo os preconceitos e a LGBT+fobia.

Para nós, a discussão sobre sexo deve ser feita por volta dos 10 anos, dependendo da criança; se deixar para mais tarde, a criança poderá aprender com os colegas ou parentes, muitas vezes da pior forma possível. Mas já desde a primeira infância, devemos alertar sobre a pedofilia, de maneira lúdica, sem precisar falar de sexo, mas indicando que as crianças devem gritar se um adulto pegar em suas partes íntimas, por exemplo. Também desde a primeira infância mostrar que existem pessoas diferentes, brancas, negras, indígenas, homens, mulheres, gays, lésbicas, trans, dentre outras, trabalhando a boa convivência entre eles através de historinhas infantis, por exemplo, em que pode ter um final no qual uma princesa negra se casa com uma princesa branca.

A ideia de que conversar sobre sexo e orientação sexual e identidade de gênero vai estimular o aumento de LGBT+ na sociedade é uma falácia, porque não pode estimular, pois orientação sexual não é uma *escolha*, mas poderá haver um aumento sim, porque muitos vão se reconhecer, vão se entender melhor e se assumir.

Já a “identidade de gênero” é a profunda sensação interna de ser homem, mulher, ou outra identidade de gênero, como por exemplo, as pessoas não binárias, ou ainda as pessoas trans. É como a pessoa se percebe. A “identidade de gênero” não necessariamente corresponde ao sexo atribuído no nascimento e pode ser fluida.

É importante reconhecer a diversidade, e entender que existem outras identidades de gênero, além do sistema binário (homem/mulher), dentre elas, algumas das mais citadas são: A)

Cisgênero: quando a identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído no nascimento. B) **Transgênero:** quando a identidade de gênero difere do sexo atribuído no nascimento. C) **Não-binário:** uma identidade que não se encaixa nas categorias tradicionais de masculino ou feminino. D) **Gênero fluido:** uma identidade de gênero que pode ser fluida e não se encontra fixa em uma categoria específica. E) **Agênero:** quando alguém não se identifica com nenhum gênero ou sente ausência de gênero. F) **Bigênero:** Quando uma pessoa se identifica com dois gêneros diferentes, seja simultaneamente ou em momentos distintos. G) **Demigênero:** uma identidade de gênero parcialmente, mas não completamente, alinhada com um gênero específico.

Essas são apenas algumas, havendo muitas outras identidades de gênero já pesquisadas. É fundamental respeitar e reconhecer a autoidentificação das pessoas em relação ao gênero.

Uma outra expressão comum, mas não citada nas entrevistas, que vale a pena esclarecer aqui é a “expressão de gênero”, ou seja, é como as pessoas se apresentam, no seu dia-a-dia, como expressam o seu gênero para as demais pessoas, seja através de roupas, maquiagens, hobbies, dentre outras formas. Isso pode variar muito de pessoa para pessoa, ou mesmo por conta do humor em que você se encontra.

Por fim, “orientação afetivo-sexual” refere-se ao padrão de atração emocional, romântica ou sexual de uma pessoa em relação a pessoas do mesmo ou de outros sexos e gêneros. Por exemplo, ser heterossexual, homossexual, bissexual, assexual, pansexual, entre outras orientações.

Importante frisar que *identidade de gênero* não tem nada a ver com *orientação afetivo-sexual*. Você pode ser uma pessoa cisgênera (ou simplesmente cis), e ser gay ou lésbica, por exemplo. Da mesma forma, você pode ser uma pessoa transgênera (ou simplesmente trans), e ser gay ou lésbica, ou hétero, por exemplo. Então, uma mulher trans, lésbica, nasceu com o sexo masculino, mas nunca se identificou com ele, se identificando com o universo feminino, sendo, portanto, mulher trans; e como é lésbica, sua afetividade-sexualidade está centrada em mulheres.

Dentre as políticas públicas atuais mais importantes para a diversidade na educação, destacamos:

***Lei N.º 16.946/19, que assegura o direito ao nome social** nos serviços públicos e privados no Estado do Ceará, inclusive nas escolas, para menores de idade, desde que os pais autorizem.

***Semana Luiz Palhano Loiola (Lei nº 14.820/10)** –Palhano foi morto em 2008 e era um importante ativista do movimento LGBT+ do Ceará, deixando o movimento de luto. Em 2010, a última semana do mês de junho, em homenagem às mobilizações históricas de Stonewall (que marcam o Dia do Orgulho LGBT+, dia 28 de junho) foi instituída, no Ceará, como a Semana da

Diversidade Sexual Luís Palhano Loiola. Importante notar que esta Lei foi aprovada antes do ataque ao projeto “Escola Sem Homofobia” e antes da saga contra a “Ideologia de Gênero” promovida no Plano Nacional de Educação e no Plano Estadual de Educação.

***Semana Maria da Penha nas Escolas (Lei nº 16.044/2016)** – Esta Lei foi aprovada em homenagem aos 10 anos de vigência da Lei Maria da Penha, que foi sancionada em 7 de agosto de 2006, com o intuito de diminuir a violência contra a mulher, inclusive a mulher trans. A Semana Maria da Penha nas escolas deve ocorrer no mês de agosto, preferencialmente a semana do dia 7. “Sendo a escola um dos primeiros locais de aprendizagem [...], é papel do Poder Público efetivar práticas pedagógicas que estimulem a reflexão e a crítica ao machismo [...], prevenir e erradicar práticas de violência baseadas na desigualdade de gênero.” (CEARÁ, 2016).

Sobre o feminicídio e a violência contra as mulheres, Butler (2020) afirma que devemos usar o luto para fechar o fosso entre o feminismo e o ativismo transgênero:

A situação do feminicídio não implica apenas o assassinato ativo, mas inclui também a manutenção de um clima de terror, no qual qualquer mulher, inclusive as mulheres trans, pode ser assassinada. Dedicemos, portanto, um momento para lembrar o quanto é importante para as alianças formadas em torno do luto — alianças destinadas a exercer uma oposição política à violência — conseguir fechar o fosso que separa o feminismo do ativismo transgênero. Podemos dizer que as mulheres são assassinadas não por causa de qualquer coisa que tenham feito, mas pelo que os outros percebem que são. Como mulheres, são consideradas propriedade do homem, é o homem que ostenta o poder sobre suas vidas e suas mortes. [...] Tornar-se homem, nessa perspectiva, consiste em exercer o poder sobre a vida e a morte das mulheres; matar é prerrogativa do homem a quem foi atribuído um determinado tipo de masculinidade. [...] Portanto, as pessoas trans que querem ser mulheres, que buscam ser reconhecidas como mulheres trans, rompem esse pacto implícito que une os homens, que permite e afirma sua violenta propriedade sobre as mulheres. As mulheres trans são um objetivo em parte porque são femininas, ou estão feminizadas, e são punidas não apenas por rejeitar o caminho da masculinidade, mas por abraçar abertamente sua própria feminilidade. (BUTLER, 2020).

Este debate deve ser levado para a escola na Semana Maria da Penha: por que os homens se sentem donos das mulheres? Por que mulheres trans são tão perseguidas? Por que mulheres engravidam tão cedo e abandonam os estudos? Por que mulheres trans sofrem abuso constante que as expulsam da escola? O que pensam nossos alunos? O que pensam nossas alunas? Será que estão reproduzindo o pensamento hetero-cis-normativo? E tantas outras perguntas que podem ser elaboradas. É um momento interessante para se debater sobre identidade de gênero e combater a LGBT+fobia na escola.

***Semana Janaína Dutra (Lei nº 16.481/17)** - Já citamos anteriormente e esclarecemos quem foi Janaína Dutra. A história desta cearense “nos remete a uma vida dedicada ao combate à violência de gênero e pelo respeito à Diversidade Sexual, bem como à luta pela cidadania plena da

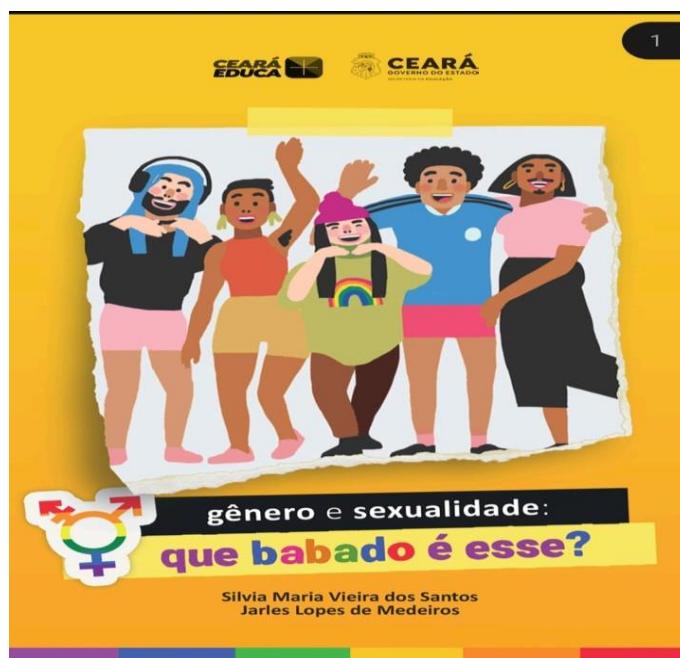
comunidade LGBT e pelo acesso à saúde e à qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/AIDS” (CEARÁ, 2017). Esta semana deve ocorrer no mês de Maio.

***Lei Estadual nº 17.480, de 17 de maio de 2021 – Fixação de placas contra a discriminação LGBT+fóbica** – Desde 2021, “De acordo com a lei, uma placa deverá ser afixada em local visível [...] no tamanho mínimo de 50cm de largura por 50cm de altura e deverá conter [...] ‘Aviso: é expressamente proibida a prática de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero’.”. (BARBOSA, 2021).

Durante a pesquisa cheguei a questionar a não existência destas placas na Seduc-CE e nas escolas que visitei, e me disseram que é uma vergonha, mas que as placas estariam sendo confeccionadas e que, em 2024, deverão ser afixadas. A última informação que tive, ao terminar a escrita desta dissertação, no início de fevereiro de 2024, é que foram confeccionadas 900 placas pela Seduc-CE, uma para cada Escola, para as Coordenadorias de CREDES, para os Centros Cearenses de Idiomas (CCIs), para todos os andares da Seduc-Ce etc. Esperamos que sim. Contudo, não podemos condenar a Equipe de Educação em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade da SEDUC por falta de iniciativa e fiscalização. Fica difícil fazer um trabalho de articulação em todo o estado tendo apenas DOIS integrantes – só em dezembro de 2023, mais uma pessoa foi contratada; agora, três. É preciso mais verba e mais pessoal para a luta contra a LGBT+fobia na educação.

Esperamos que as placas cheguem às escolas. Já se passaram praticamente 3 anos da publicação da Lei. E, caso ainda não tenha sido afixada, precisa que haja uma mobilização em cada escola pela fixação de sua placa, pois só a sua presença já inibe mais as pessoas LGBT+fóbicas, além de deixar claro para os pais de alunos que, naquele espaço, seu(ua) filho(a) LGBT+ será respeitado(a).

Materiais de apoio: Educação em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidades.



Fonte: Equipe de Educação em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade da Coordenadoria de Educação em Direitos Humanos, Inclusão e Acessibilidade da Seduc-Ce.

*Tive acesso a dois materiais da Seduc-Ce, que considerei bem interessantes, um deles, “Olhares plurais na escola: dialogando sobre direitos humanos, gênero e sexualidade”, voltado aos professores, com 182 páginas ao todo. Já a cartilha: “Gênero e sexualidade: que babado é esse?” possui 92 páginas e é voltada para a comunidade escolar: estudantes, professores(as), grêmios, clubes de leitura, núcleos de gênero e sexualidades e qualquer

pessoa que queira ter acesso a este material, que também ficará disponível para download no site da Seduc-CE.

Mas não cabe aqui analisá-los, pois nossa pesquisa teve como marco temporal o ano de 2023, e é algo que foi entregue aos diretores no final de fevereiro. E todos levaram uma cópia impressa para a escola do material “Olhares plurais na escola: dialogando sobre direitos humanos, gênero e sexualidade”; além de 3 cópias da cartilha “Gênero e sexualidade: que babado é esse?”.

Esperamos que não seja um material que fique escondido na escola, nem seja relegado ao esquecimento, como aconteceu com o Anexo A das Orientações Complementares de 2023, que trazia importantes orientações sobre a utilização do nome social na escola, mas sequer foi distribuído fisicamente para as escolas, ficando apenas disponível para downloads no site da Seduc-CE.

Uma pergunta fundamental de nossa pesquisa com Coordenadores(as) e Diretores(as) foi: “Quais as principais causas que o(a) senhor(a) apontaria para a existência da LGBT+fobia nas escolas? Existe um perfil de agressores e vítimas?”. O que foi mais apontado por Diretores(as) e Coordenadores(as) em nossa pesquisa, parece muito com os pressupostos de nossa dissertação: 1º) a falta de conhecimento geral, a ignorância e o consequente preconceito, assim como a falta de formação dos professores; 2º) a cultura nacional patriarcal, o machismo ensinado pelos pais; 3º) o aumento dos conceitos extremistas na sociedade (neoconservadorismo); 4º) fundamentalismo religioso, ideias religiosas distorcidas; 5º) A falta de respeito e de empatia com o próximo.

A violência, o desrespeito e o preconceito nas escolas é algo que já existe há muitos anos, mas só vem aumentando. Nos últimos anos, a cultura da violência foi incentivada ainda mais no Brasil e é isso o que colhemos. As quatro principais causas apontadas foram as mesmas que tínhamos como pressupostos antes de iniciar a pesquisa e antes da qualificação. Sabemos que existem contradições na própria bíblia e que LGBT+ não podem ser condenados hoje por serem o que são, porque um livro escrito há 2.500 anos diz para serem condenados; mas o mesmo livro também condena qualquer pessoa que trabalha ou estuda aos sábados...Já esclarecemos a questão inventada da “ideologia de gênero”. Também debatemos, em nossa pesquisa, as mudanças atuais em nossa sociedade, o neoconservadorismo aliado ao neoliberalismo, que incentivam os preconceitos, que geram maiores lucros capitalistas, por diminuir o salário dos que sofrem com os preconceitos, sejam mulheres, negros, LGBT+, imigrantes etc. Falamos da cultura machista, e em particular, o

machismo no Ceará, assim como da falta de uma política pública mais efetiva contra a LGBT+fobia na educação.

Perguntamos também: “Alguma vez, o(a) senhor(a) presenciou estudantes agredindo (verbal ou fisicamente) outros(as) estudantes por se assumirem como LGBT+?”. Percebiam que a pergunta é bem restrita: se PRESENCIOU alguma agressão (física ou verbal). Dos seis Diretores(as) que responderam o questionário, dois afirmam ter PRESENCIADO uma agressão por LGBT+fobia em sua escola. Estamos entrevistando DIRETORES(AS), que, quando saem pelo pátio, geralmente, os alunos tomam todo o cuidado com suas atitudes. De 23 (vinte e três) Coordenadores(as) que responderam o questionário, 12 (doze) presenciaram agressões físicas ou verbais na sua escola, enquanto Coordenador(a), ou seja, 52,17%. Se as poucas respostas de Diretores(as) já assustam, o quadro apontado nos questionários a Coordenadores(as) demonstra que a situação é muito mais séria do que parece inicialmente, principalmente para aqueles que sofrem com tais discriminações por não estarem dentro dos padrões hetero-cis-normativos.

O que é ainda mais grave, em nossa opinião, é o fato de um(a) Coordenador(a), que presenciou a agressão ter suspendido as duas pessoas e ainda ter chamado os pais. Muitas pessoas LGBT+ não se assumem para os pais, com medo de represálias (muitas vezes, com razão). Ao chamar os pais porque o(a) filho(a) brigou com alguém por causa de LGBT+fobia é quase entregar para os pais a situação que era guardada em segredo. Um motivo claro para o aluno querer sair da escola.

Ficamos contentes ao ver que um(a) Coordenador(a) respondeu que as palestras feitas na escola conseguiram criar um clima acolhedor e respeitoso com todos. Consideramos até um certo exagero: precisamos entrar mais em contato com aqueles que sofrem com a LGBT+fobia na escola, seja aluno(a), professor(a) ou funcionário(a) para podermos dar um veredito como esse. De toda forma, demonstra que a discussão na escola sobre a diversidade sexual, a orientação sexual, a identidade de gênero e a equidade de gêneros pode sim gerar frutos e bons resultados. Além, é claro, da discussão contra o racismo e todo e qualquer tipo de preconceitos.

Contudo, é importante, além do debate do assunto, que professores(as) e que a gestão - Diretores(as) e Coordenadores(as) – procurem sempre conversar com aqueles mais suscetíveis a possíveis situações de LGBT+fobia nas escolas para acompanhar se realmente a discussão promovida pela escola tem tido efeito real. É fundamental também que

professores(as), ou a própria gestão, quando cometam atos preconceituosos e questionáveis, possam fazer uma autocrítica e pedir desculpas àqueles que se sentirem ofendidos(as).

A escola tende a normatizar a todos para enquadrá-los dentro do que o sistema capitalista, mais particularmente o neoliberalismo, deseja. Os(as) estudantes, hoje, na rede pública estadual têm aulas de empreendedorismo que, na verdade, colocam a culpa da não empregabilidade neoliberal em cima do indivíduo. E, se ele não consegue um emprego, tem como se virar: “empreendendo”. Porém, como normatizar os corpos trans? Estes, sem dúvida são os que mais sofrem. Já falamos do nome social, mas vai muito além. Também sofrem muito os gays efeminados, assim como as lésbicas desfem³.

Através das conversas que tive com alguns estudantes, também constatei que algumas Escolas Estaduais de Educação Profissionais (EEEP) do estado, no momento em que vai iniciar o estágio, fazem tanta pressão sobre os(as) estudantes, de forma indireta, que os mesmos, cortam seus cabelos, cultivados com tanto zelo, mudam sua forma de vestir, tudo para se enquadrarem “no mundo do trabalho”. Esquecem que por trás de um cabelo, do modo de se vestir e se expressar um gênero, existe uma história de vida que precisa ser respeitada. Pessoas negras, que usam o chamado cabelo *blackpower*, ou trançado, também sofrem esta pressão. É preciso rever esse tipo de prática e garantir a estudantes LGBT+ o estágio em empresas e locais que respeitem seu gênero e sua orientação sexual, assim como o modo de expressar sua resistência cultural étnica.

Como nos dizia o mestre Paulo Freire, tão cultuado entre professores(as) e gestão, mas tão pouco praticado, de fato, na escola:

Na verdade, porém, os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram *fora de*. Sempre estiveram *dentro de*. Dentro da estrutura que os transforma em *seres para outro*. Sua solução, pois, não está em integrar-se ou incorporar-se a essa estrutura que os opõe, mas em transformá-la para que possam fazer-se *seres para si* (FREIRE, 1987, p. 35).

Ou seja, os oprimidos em geral: LGBT+, mulheres, negros, trabalhadores devemos nos unir para transformar a escola e o sistema capitalista neoliberal que hoje tanto nos opõe, para que possamos nos tornar seres para si, ou seja, pessoas conscientes de seu papel social na sociedade e não apenas meros marionetes do neoliberalismo.

Segundo o sociólogo Sérgio Carrara, dos jovens LGBTs de 15 a 21 anos, 41% vivenciaram situações de humilhação e agressão na escola em virtude de serem “afeminados” ou destoante dos padrões hegemônicos de gênero e sexualidade.

³**Desfem:** Recentemente, as lésbicas brasileiras passaram a utilizar os termos desfem, “não femininas”, ou fem, “femininas”, para designar-se. Também são usados os termos “Butch” e “Femme”, mais popularizados em países como os EUA.

Ainda nesse sentido, a socióloga Berenice Bento aponta que a escola está configurada como um espaço violento de estigmatização dos ditos “anormais” em termos de gênero ou de sexualidade. A violência vivida no ambiente escolar está profundamente associada à alta taxa de evasão escolar entre LGBTs, sobretudo entre pessoas transexuais, transgêneros e travestis que, segundo dados da Associação Nacional de Travestis (ANTRA), abandonam a escola aos 14 anos, em média. A baixa escolaridade desta parte da população, sabemos, é fator decisivo para a exclusão do mundo laboral e para a ausência de perspectivas de renda, e portanto de dignidade e de acesso aos bens sociais (CEARÁ, 2017).

Evasão é um termo cruel, que joga a culpa para o(a) estudante, pois ‘foi ele quem quis se evadir’, quando, na verdade, este “manto invisível” traz inúmeras situações de vida e de pressões sofridas na própria escola que levam o(a) estudante a ser expulso(a) da escola, na realidade.

Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia (BENTO, 2011, p. 555).

As piadas, o uso do banheiro, os estágios, as normatizações, a vigilância, as agressões verbais e físicas podem levar não à evasão, mas à expulsão de estudantes LGBT+ das escolas. A ANTRA, como citado mais acima, estima que, em média, pessoas transexuais, transgêneros e travestis são expulsas da escola aos 14 anos. Que vida irão levar?

Enquanto visitava as escolas, procurei conversar informalmente com alguns estudantes. Nas cinco escolas que tive oportunidade de falar com estudantes, em todas escutei relatos de LGBT+fobia. O relato que mais me chocou foi de um estudante gay assumido da escola D:

ALUNO D1: Alguns alunos da minha sala já mandaram eu morrer, me chamam de “viadinho safado”... Eles fazem desenhos de pênis e falam: “Olha o que tu gosta, tu deveria pegar isso aqui”. Falam direto, ficam brincando entre si, falando que eu gosto de algum deles, sendo que eu nem dou esse tipo de intimidade pra eles... [Suspiro]. Falam várias vezes que eu sou um lixo, que eu sou um merda! (DEPOIMENTO 1 – ESCOLA D).

Ele deu esse depoimento como uma metralhadora, deixando as palavras sair muito rápidas, talvez achando que se dissesse rápido, não doeriam tanto. Ao mesmo tempo, parecia estar pedindo socorro. E, ao final do relato, estava com um sorriso nos lábios e uma lágrima nos olhos...

Ele e mais dois colegas estavam vindo de uma conversa com o(a) coordenador(a). Perguntei o que a gestão faria. Disseram, que a gestão sempre achava que era exagero deles. Neste momento, senti-me de mãos atadas, por não poder acompanhar, de fato, o

desdobramento da situação. Fiquei imaginando a vida daquele menino sendo atormentada cotidianamente por pessoas de sua própria sala de aula.

Percebemos em nosso cotidiano da rede pública de ensino no Ceará que há um despreparo muito grande dos professores para intervir contra a LGBT+fobia. Muitos se calam, outros só intervêm em caso de agressão física, e alguns, sequer nestes casos, pois temem retaliações por parte de facções criminosas que atuam em nosso estado. Ao longo da pesquisa, confirmamos boa parte dessas nossas afirmações, pois, apesar de ter havido um projeto estadual em 2017 a ser implementado, acabou sem muita repercussão, por falta de verbas, porém, foi responsável por impulsionar um importante ciclo de formação voltado fundamentalmente para estudantes, mas que também envolveu, em menor proporção, diretores, coordenadores e alguns professores. Importante frisar que, dentre as escolas que visitamos, encontramos um projeto de combate à LGBT+fobia bem interessante, chamado “Orgulho Jaime” da EEEP Jaime Alencar de Oliveira.

Consideramos que o objetivo geral de nossa pesquisa foi devidamente cumprido, pois procuramos analisar a visão de Diretores(as) e Coordenadores(as) sobre a reprodução da LGBT+fobia nas Escolas Estaduais de Fortaleza/CE no contexto contemporâneo, apontando seus equívocos, seus acertos e até algumas expressões LGBT+fóbicas.

Nossa pesquisa apontou: falta de formação de grande parte dos gestores escolares para lidar com a LGBT+fobia nas escolas; a existência de formações em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade promovida pela Seduc-CE nas escolas, a partir de suas demandas, mas que são insuficientes para o atendimento de todas, sendo necessária a ampliação do quadro pessoal da Equipe de Educação em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade da Seduc-CE, além de mais verbas para o seu pleno funcionamento; a existência de algumas leis e políticas públicas que favorecem LGBT+ nas escolas, mas que precisam ser mais eficazes; que Diretores(as) e Coordenadores(as) já presenciaram agressões (físicas ou verbais) de estudantes, professores e pais; que a LGBT+fobia pode ter consequências muito graves na vida pessoal e escolar de estudantes deste público; a necessidade de um projeto contínuo de discussão sobre Gênero e Sexualidades nas escolas.

Considerações finais

Nossa conclusão é que, apesar da existência de algumas políticas públicas desenvolvidas no Ceará contra a LGBT+fobia nas escolas, faltou vontade política, verbas e

pessoal para torná-las mais efetivas, além de novas políticas mais eficazes, num momento de retrocesso geral do pensamento, com o avanço do neoconservadorismo no Brasil e no mundo.

Sabemos que o tema tratado em nossa dissertação e neste artigo merece muitos outros olhares e várias outras pesquisas para complementá-lo, sem falar de sua constante mudança em nossa sociedade ao passar dos anos. Esperamos que nossa pesquisa contribua com novas políticas públicas para uma educação sem preconceitos no estado do Ceará, além de servir para a informação e formação de profissionais da educação e estudantes que queiram mobilizar-se contra a LGBT+fobia nas escolas do Ceará e do Brasil.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

BARBOSA, Francisco. Ceará: lei determina que espaços públicos e privados fixem avisos contra LGBTfobia. **Brasil de Fato**, Fortaleza (CE), 28.06.2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/06/28/ceara-lei-determina-que-espacos-publicos-e-privados-fixem-avisos-contra-lgbtfobia>>. Acesso em: 04.07.2022.

BENTO, Berenice. *Na escola se aprende que a diferença faz a diferença*. In: **Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, pp. 548-559, maio-agosto/2011.

BUTLER, Judith. *De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público?* In: **El País**, 10.07.2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/babelia/2020-07-10/judith-butler-de-quem-sao-as-vidas-consideradas-choraveis-em-nosso-mundo-publico.html>>. Acesso em: 06.07.2022.

CEARÁ, **Lei 16.044/16**. Institui a semana Maria da Penha na rede estadual de ensino no Ceará. Publicado em 28.06.2016. Disponível em: <<https://www.renatoroseno.com.br/iniciativas/semana-maria-penha-rede-ensino-ceara-renato-roseno-lei>>. Acesso em 07.08.2023.

CEARÁ, **Lei 16.481/17**. Semana Janaína Dutra de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero. Publicado em 19.12.2017. Disponível em: <<https://www.renatoroseno.com.br/iniciativas/renato-roseno-lei-semana-promocao-respeito-diversidade-sexual>>. Acesso em 07.08.2023.

CEARÁ. **LEI N.º 16.025, DE 30.05.16 (D.O. 01.06.16)**. Dispõe sobre o Plano Estadual De Educação - PEE (2016/2024). Disponível em:<<https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4019-lei-n-16-025-de-30-05-16-d-o-01-06>>

[16#:~:text=Art.,escolar%20e%20da%20sociedade%20civil](#).>. Acesso em: 28.05.2022. Art 3º, III, XV; Meta 8; Estratégias 8.2, 8.3, 8.4 e 8.8.

CEARÁ, LEI N.º 16.946, DE 29.07.19 (D.O. 30.07.19). Assegura o direito ao nome social nos serviços públicos e privados no estado do Ceará, na forma que define. Disponível em: <<https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/direitos-humanos-e-cidadania/item/6725-lei-n-16-946-de-29-07-19-d-o-30-07-19>>. Acesso em:29.05.2022.

CEARÁ, LEI Nº17.480, 17.05.2021 (D.O. 19.05.21). Determina a fixação de avisos nos estabelecimentos públicos ou privados contra a discriminação por orientação sexual ou de gênero.Disponível em:<<https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2021/17480.htm>>. Acesso em: 30.05.2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “**Ideologia de gênero**”: uma ofensiva reacionária transnacional. 01.10.2018. Disponível em: <https://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=591&cod_boletim=32&tipo=Artigo>. Acesso em: 04. 01. 2023.

Data da submissão: 30 Abr 2025.

Data do aceite: 01 Ago 2025.



Esta obra está licenciada sob licença Creative Commons Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/legalcode.pt>).